



ONU conclui estudo da primeira Avaliação Global dos Oceanos

Após 4 anos de reuniões, iniciadas logo após a Conferência Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável, realizada em 2002, os Estados Membros da Organização das Nações Unidas (ONU) estabeleceram um Processo Regular para a Avaliação Global do Ambiente Marinho.

O propósito da avaliação é propiciar uma melhor compreensão do estado dos oceanos e o desenvolvimento de um mecanismo global que forneça informações, com base científica, incluindo os aspectos socioeconômicos, aos tomadores de decisão e ao público em geral.

Para se chegar a um acordo sobre o escopo e a forma que o “Processo Regular” assumiria foram necessários anos de negociações entre governos, até que, em 2010, a ONU lançou o primeiro ciclo do Processo Regular, atribuindo a um Grupo de Especialista (GoE) a complexa tarefa de elaborar a Primeira Avaliação Global dos Oceanos (World Ocean Assessment – WOA I), nos termos previamente acordados pelos Estados Membros.

Esta avaliação, sem precedentes na história do estudo dos oceanos, foi realizada pelos membros de GoE com a participação de uma rede de peritos internacionais de reconhecida competência nos tópicos e regiões marinhas abordadas. Para subsidiar os trabalhos foram conduzidos oito encontros regionais de especialistas em ciências do mar, em diferentes partes do globo, entre os anos de 2011 e 2014.

Em setembro de 2015, a WOA I foi submetida ao Grupo de Trabalho Ad Hoc para o Processo Regular, no âmbito da Divisão para Assuntos de Oceano e Lei do Mar (DOALOS), da ONU.

A WOA I está abordando mais de 50 assuntos agrupados em 4 temas principais, entre os quais podemos destacar:

- o ambiente marinho e o entendimento do papel do oceano no sistema terrestre global integrado;
- a segurança e a qualidade alimentar;
- a diversidade biológica marinha; e
- as atividades humanas que influenciam o oceano ou são influenciadas por ele.

Com isso, foi possível realizar um mapeamento inicial da qualidade dos oceanos, possibilitando uma estratégia de monitoramento que informe aos tomadores de decisão os problemas e as oportunidades relacionadas aos serviços e benefícios derivados do ambiente costeiro e marinho.

Esse processo depende do envolvimento dos Estados Membros na produção de indicadores de qualidade ambiental e de avaliações nacionais, papel que no Brasil já vem sendo realizado pela CIRM com a criação do Grupo de Trabalho Uso Compartilhado do Ambiente Marinho, em abril de 2013. Formalizando, de modo pioneiro, os debates relacionados à governança dos oceanos no Brasil, em decorrência da necessidade da articulação dos interesses existentes no mar, na busca pelo desenvolvimento de uma mentalidade de uso sustentável e racional dos oceanos e mares, preservando os nossos interesses estratégicos.